

CPI convoca mais 3 parlamentares

Luiz Antônio — 5/8/91

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento ouvirá esta semana os deputados Paes Landim (PFL-PI) e Carlos Benevides (PMDB-CE) e o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), que fazem parte da lista de parlamentares denunciados pelo economista José Carlos Alves dos Santos, ex-assessor do Senado. Landim é suspeito de envolvimento com a empreiteira Norberto Odebrecht. Suas iniciais (PL) aparecem num dos documentos apreendidos na casa do diretor da empresa, Ailton Reis, ao lado de um porcentual que pode ser indicação de pagamento de propina.

As investigações preliminares da Subcomissão de Bancos constataram que Paes Landim movimentou US\$ 1,6 milhão em 1990, ano em que se reelegeu deputado. Nos de-



Aragão vai ter de explicar acordo

mais anos, a movimentação de suas contas não apresentou nada de suspeito. Segundo o deputado Fernando Freire (PPR-RN), membro da subcomissão, não foram descobertas irregularidades nas contas correntes de Carlos Benevides, filho do senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e Ronaldo Aragão.

Contra Benevides existem, entretanto, suspeitas de envolvimento no esquema das subvenções sociais. Aragão foi presidente da Comissão de Orçamento em 1991. Foi dele que partiu a determinação de exonerar o ex-assessor da Câmara, Ronaldo Batista de Jesus, autor das primeiras denúncias de corrupção na comissão, em julho de 1991. Aragão também é suspeito de participar do acordo entre o Executivo e

o Legislativo em torno das emendas do orçamento. O acordo garantia que as propostas que viessem do governo não seriam alteradas pelos parlamentares.

Com menos de um mês para encerrar seus trabalhos, os integrantes da CPI têm que decidir que serão os últimos a depor. O senador Mauro Benevides, a ex-ministra Margarida Procópio, da Ação Social, e o ex-assessor Roberval de Jesus podem ser chamados. Benevides e o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) presidiram o Senado e a Câmara, respectivamente, entre 1991 e 1992. No depoimento dado quinta-feira passada, Ibsen responsabilizou Benevides pelo arquivamento de uma CPI sobre as irregularidades no orçamento.

JORNAL DO BRASIL